

Caro Marcus

Seu artigo "As Mudanças Constitucionais na Administração Pública: A Reforma 'Quase Negociada' " é um excelente relato das negociações para aprovação da emenda da Reforma Gerencial de 1995. Havia coisas que já havia esquecido, e que estão ali bem analisadas.

A seguir alguns comentários pontuais a seu paper

Página 1. O Plano Diretor "foi apresentado em diversas versões". Só conheço uma, publicada em português, espanhol e inglês.

A informação de que na reunião da Câmara da Reforma do Estado esta deu chancela ao plano em detrimento da proposta de enxugamento da máquina e extinção de órgãos defendida pelo Ministro do Planejamento é incorreta. Eu fui um forte defensor da extinção de órgãos, tendo como principal aliado o Martus Tavares, na época assessor de José Serra. A Casa Civil, entretanto, adiou o processo de extinção, que acabou ocorrendo mais lentamente do que eu e Martus propúnhamos. Serra não participou do debate.

Não fiz afirmação contrária ao ensino público gratuito, mas ao ensino universitário gratuito. A reação de Paulo Renato foi pedir-me que não falasse mais no assunto.

Jamais fui convocado pela Casa Civil para "ouvir a ordem de calar a boca" em função da idéia de contratar David Osborne. Tive dificuldades com o Clóvis Carvalho, mas não desse tipo.

A proposta apresentada à Câmara divergia da primeira redação que fizemos da emenda - não da "proposta original" porque não houve uma proposta original - em mais do que quatro itens. Não houve uma proposta original porque não circulou um texto para ser criticado, mas o texto foi sendo escrito e corrigido à medida em que eu debatia com a sociedade e com os políticos, e, finalmente, com o próprio governo. Só então tivemos a proposta original, que foi a enviada ao Congresso, e que, naturalmente, sofreu alterações, muitas das quais muito bem analisadas por você.

Você chama a estratégia de redação da emenda de "estratégia de concessões concretas constitucionalizadas". OK, embora as constitucionalizações nem sempre fossem "concessões", mas aquilo que me parecia mais justo e razoável. No caso da estabilidade, não houve desconstitucionalização. Foi exatamente aí que eu fiz questão de escrever o mais claramente possível, com a ajuda preciosa do Paulo Modesto, quais eram as condições para demissão por excesso de despesa (inicialmente excesso de quadro, esta uma concessão) e para demissões por insuficiência de desempenho.

A idéia de que o MARE foi sendo gradualmente enfraquecido, culminando com sua extinção, não é correta. O MARE nunca teve grande poder. A Reforma Gerencial de 1995 só foi bem-sucedida porque eu logrei persuadir o governo, a opinião pública, a alta administração pública, e finalmente o Congresso. O debate nacional em que me engajei foi essencial. Quando, em dezembro de 1997, percebi que a emenda estava em vias de ser aprovada, entendi que a minha missão e a do MARE estavam terminadas - a missão de formular uma proposta de reforma do aparelho do Estado (mais do que apenas da administração pública) e fazê-la aprovar no plano legal ou institucional. Havia ainda o longo trabalho de implementar a reforma, para o que o poder do orçamento deveria ser usado. E por isso, lembrando da experiência do Chile nesse sentido, em 1994, quando uma reforma gerencial foi implementada pelo Ministério do Planejamento, propus à Casa Civil que o MARE fosse fundido com o Ministério do Planejamento e Orçamento. Clovis Carvalho, na Casa Civil, que concordava comigo nas grandes questões, mas me criava problemas inúmeros no dia a dia, exatamente nos problemas de

implementação, concordou com a proposta, e a incluí na reforma de organograma do governo para o segundo mandato.

Finalmente, talvez valesse a pena citar meu artigo publicado em 1995 na RSP.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1999) "Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995". *Revista do Serviço Público*, 50(4), outubro, 1999: 5-28.

É o artigo que originalmente escrevi para o mesmo livro do Ben Ross Schneider para o qual você escreveu um belo artigo comparando três reformas. Nesse artigo eu discuto o debate, as negociações, e as razões da fusão do MARE com o Planejamento.

Envio anexo um paper que escrevi sobre as reformas gerenciais na América Latina. Nele discuto, inclusive, o problema da segunda geração de reformas, e o papel do Banco Mundial.

Um forte abraço do